

A PERSPECTIVA DISCURSIVA DO VÍDEO-DOCUMENTÁRIO “MAR SEM FIM - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO”: O CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS SOB A ÓTICA DO TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS

BEATRIZ CAROLINA PIMENTEL¹

VIRGINIA MARTINS FONSECA²

DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2020.v8n13p62>

RESUMO

As unidades de conservação são de extrema importância para a preservação da biodiversidade, regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A segunda temporada do vídeo-documentário “Mar Sem Fim” foi uma produção audiovisual nacional que contextualizou a realidade de tais territórios na costa litorânea do país. O objetivo deste trabalho foi identificar os aspectos discursivos do episódio 33 deste vídeo-documentário, que trata sobre a Reserva Extrativista de Canavieiras, na Bahia. Tais discursos foram analisados a luz dos processos de mobilização social, considerando as temáticas do conservacionismo, do uso público e da governança. A pesquisa de natureza qualitativa e caráter exploratório adotou a análise de conteúdo (Bardin, 1977) para compreensão dos discursos identificados no vídeo-documentário, que foram contextualizados com publicações científicas e documentos técnicos. A partir das temáticas elencadas, os discursos identificados na análise do vídeo-documentário evidenciam a importância do protagonismo feminino no contexto de criação desta área protegida bem como interesses relacionados a especulação imobiliária e práticas de carcicultura que geram conflitos territoriais posto a falta de apoio governamental às comunidades tradicionais. Conclui-se que o vídeo-documentário pode ser uma potencial ferramenta educativa para o desenvolvimento de atividades voltadas à Educação Ambiental, com o intuito de instigar possíveis diálogos entre todas as partes envolvidas direta e indiretamente com a Reserva Extrativista.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; produção audiovisual; educação ambiental.

LA PERSPECTIVA DISCURSIVA DEL VIDEO-DOCUMENTAL “MAR SIN FIN - UNIDADES DE CONSERVACIÓN”: EL CASO DE LA RESERVA EXTRACTIVISTA DE CANAVIEIRAS BAJO LA VISTA DEL TURISMO EN ÁREAS PROTEGIDAS

RESUMEN

Las unidades de conservación son de suma importancia para la preservación de la biodiversidad, regidas por el Sistema Nacional de Unidades de Conservación (SNUC). La segunda temporada del video documental “Mar Sem Fim” fue una producción audiovisual nacional que contextualizó la realidad de dichos territorios en el área costera del país. El objetivo de este trabajo fue identificar los aspectos discursivos del episodio 33 de este video documental, que trata sobre la *Reserva Extrativista* de Canavieiras, Bahia. Se analizaron los procesos de movilización social, considerando los temas de conservacionismo, uso público y gobernanza, de manera integrada. La investigación de carácter cualitativo y exploratorio adoptó el análisis de contenido (Bardin, 1977) para comprensión de los discursos identificados en el análisis del video-documental, los cuales fueron contextualizados con publicaciones científicas y documentos técnicos. A partir de los temas enumerados, los

¹ Discente do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Bacharel em Ciências dos Alimentos (Universidade de São Paulo). E-mail: beatriz.pimentel09@gmail.com

² Docente do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Doutora em Geografia. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades – E-mail: virginia.martins@ufvjm.edu.br

discursos identificados en el análisis del video documental muestran la importancia del protagonismo femenino en el contexto de la creación de esta área protegida, así como los intereses relacionados con la especulación inmobiliaria y las prácticas camaroneras que generan conflictos territoriales por la falta de apoyo del gobierno a comunidades tradicionales. Se concluye que el video-documental puede ser una potencial herramienta educativa para el desarrollo de actividades orientadas a la Educación Ambiental, con el objetivo de propiciar posibles diálogos entre todas las partes directa e indirectamente involucradas con la *Reserva Extrativista*.

Palabras clave: Comunidades tradicionales; producción audiovisual; educación ambiental.

INTRODUÇÃO

No contexto nacional, os documentários têm presença recente, já que grande parte das pequenas produções realizadas no país até o início do século XX eram majoritariamente provenientes de estrangeiros, com destaque para os europeus que em sua maioria eram antigos fotógrafos que posteriormente atuaram como cinegrafistas. O cenário de fundo destas produções foram as diversas regiões do país, abordando temáticas regionalistas, dando destaque às belezas, tradições e costumes do país. Neste contexto, as câmeras cinematográficas foram inseridas no trabalho de campo dos antropólogos que viajavam pelo Brasil, principalmente para documentar comunidades indígenas, dando destaque assim, aos filmes etnográficos (SORANZ, 2006).

Entre a década de 30 e 40, diante da criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), no ano de 1936, as produções tinham majoritariamente caráter estatal (RODRIGUES, 2010), em que os documentários nacionais se restringiam a produções educativas, oficiais, cinejornal ou então, turísticas. Já no período da ditadura, principalmente em 1968, as produções foram as únicas formas de expressão que resistiram ao regime militar, porém a sua exibição era restrita a pequenas plateias. No ano de 1969, foi criada a, Empresa Brasileira de Filmes (EMBRASILME), que foi considerada a principal empresa pública de cinema localizada na América Latina. Mesmo com o fim da censura, houve uma dissipação da empresa até sua extinção, no governo Fernando Collor (CTAV, 2008).

Assim, em meados da década de 90, iniciou-se uma crescente evolução no ramo da eletrônica e informática, onde o vídeo digital teve seu destaque e manteve-se crescente na produção nacional, bem como a substituição do sistema analógico pelo digital e novas tecnologias adotadas na pós-produção dos documentários (RODRIGUES, 2010).

Especificamente, no que tange aos filmes de abordagem ambiental, não existe um consenso entre os autores quanto a uma definição exata sobre estas produções. Welle (2015) adota a hipótese que a ascensão do cinema ambiental parte de duas motivações: a) o aumento da produção de documentários nacionais e; b) constante presença da temática ambiental e ecológica nas mídias nacionais e internacionais. Quando nos referimos especificamente aos vídeo-documentários, Zandonade e Fagundes (2003) afirmam que este é pouco aproveitado pela mídia nacional e que são diminutas as publicações que tratam especificamente sobre este tipo de produção e seu uso como apoio jornalístico.

A importância do vídeo documentário enquanto mobilizador da sociedade, desenvolvido a partir da contextualização dos fatos, está evidenciado na valorização do aspecto pessoal, em que os indivíduos se fortalecem e depositam seus ideais e sonhos na expectativa de realizações próprias [...] Dessa forma, entende-se que o vídeo documentário deve, além de estabelecer ligações entre os assuntos retratados e o mundo em que os espectadores estão inseridos, valorizar os indivíduos em suas potencialidades e capacidades de construção pessoal. Com isso, acredita-se que possa ser possível o surgimento de comunidades valorizadas, que acreditem na força da participação de todos em busca de um bem comum (ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p. 43-44).

Isso evidencia o quanto a utilização dos vídeos documentários pode servir de motivador para a discussão de tantas problemáticas nas diversas comunidades espalhadas pelo país.

Por fim, acredita-se que o documentário representa um meio de comunicação, por meio do qual os indivíduos podem retratar a sua realidade, mobilizar as pessoas do meio em que vivem e, a partir daí, construir novos conceitos e interpretações do mundo, proporcionando assim uma leitura das imagens e sons que permeiam a sociedade de uma forma transformadora. É necessário ainda, destacar que essa transformação, ocasionada pelo vídeo documentário, é algo que deve ser construído gradativamente, de forma a impulsionar os moradores a acreditarem em seus próprios ideais. [...] Nenhuma mudança será feita sem que eles se sintam motivados a agir. Dessa forma, não seria somente a exibição de um documentário que levaria o crescimento individual dos moradores, mais sim, um trabalho contínuo, ou ao menos consistente e duradouro, para que um, ou mais líderes, se disponham a promover a união das pessoas do bairro e a lutar por melhores condições de vida (ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p.62).

Neste contexto, identificou-se que não só a construção de um vídeo-documentário em conjunto com a comunidade pode ser benéfica, como também a exibição de um documentário pode gerar impacto semelhante. O documentário neste sentido pode abrir um elo de discussão de temáticas e problemáticas presentes no cotidiano da comunidade, que muitas vezes não estejam em evidência.

Segundo Zandonade e Fagundes (2003) o vídeo documentário pode ser caracterizado “por apresentar determinado acontecimento ou fato, mostrando a realidade de maneira mais ampla e pela sua extensão interpretativa” (ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p. 15). Este trabalho refere-se à análise dos aspectos discursivos do episódio 33, do Programa “Mar sem Fim”, em que João Lara visita a Reserva Extrativista (RESEX) de Canavieiras, localizada no estado da Bahia. O objetivo foi identificar os aspectos discursivos deste episódio que estivessem relacionados aos processos de mobilização social e as unidades de conservação (UC), com especial atenção aos temas de conservacionismo, uso público e governança, de forma integrada. Diante disso, a utilização do documentário “Mar Sem Fim” apresenta as problemáticas trazidas por seus entrevistados, oferecendo subsídios para melhor compreensão acerca da importância das UC no Brasil e seus desafios de gestão, inclusive quando associados ao fenômeno do turismo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O programa “Mar Sem Fim”, de iniciativa e apresentação de João Lara Mesquita, teve sua série exibida pela TV Cultura. Em sua segunda temporada, as UC Federais da costa brasileira foram o enfoque do programa. Os vídeos documentários foram gravados ao longo dos anos de 2014 e 2016 e retratam as diversas situações as quais se encontram as UC na costa litorânea do país, no qual o apresentador ressalta alguns aspectos como as belezas naturais da região, juntamente com as especificidades em relação a gestão e o uso público nas UC. A presente pesquisa possui caráter exploratório, majoritariamente de natureza qualitativa, por se tratar de estudo relacionado ao turismo em áreas protegidas (AP) que adotou como elemento norteador a análise de um vídeo-documentário. O estudo realizou análise descritiva múltipla dos dados coletados, em que pode ser classificado como um estudo de caso, visto que este é caracterizado pela junção de informações detalhadas, de modo sistêmico, sobre determinado fenômeno (PATTON, 2002). Neste caso, o recorte analítico se refere a uma determinada área, a RESEX Canavieiras. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, no qual aplicou-se a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) para a compreensão dos dados obtidos,

Desta forma, além da análise dos dados primários que foram identificados no episódio 33 do programa “Mar Sem Fim”, foram identificadas oito publicações científicas e documentos técnicos referentes à RESEX Canavieiras que apresentavam relação aos temas

objetos de análise dessa pesquisa, a frisar: uso público, conservacionismo e governança. Importante destacar que, para selecionar tais discursos seria necessário que ao menos dois temas tivessem relação teórica estabelecida, seja no vídeo-documentário, nas publicações científicas e/ou nos documentos técnicos. Desta forma, foram estabelecidas oito unidades de análises qualitativas, o que oportunizou a definição de quatro temáticas a serem aprofundadas neste trabalho, a saber: conservacionismo e governança (criação da AP e protagonismo feminino); desenvolvimento econômico e regional (conflitos territoriais); uso público na RESEX (impactos ambientais); comunidades e populações tradicionais (governança).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As UC no Brasil têm uma importância ímpar para a conservação da biodiversidade nacional, sendo uma estratégia adotada a fim de proteger e garantir os recursos naturais e territórios; assim como os aspectos culturais relacionados às comunidades no entorno ou nelas inseridas. As AP federais do bioma marinho, ao qual o vídeo-documentário analisado trata, estão inseridas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este sistema foi instituído através da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que determina:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Diante disso, para melhor direcionamento na gestão das UC, optou-se por classificá-las segundo seu modo de preservação ou conservação adotado, respeitando as especificidades de cada unidade. Dentre as UC que compõem o grupo de Proteção Integral temos: Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Monumento Natural (MONA); e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS). Já as UC de uso sustentável compreendem: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva de Fauna (REFAU); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); e Reserva Extrativista (RESEX) (BRASIL, 2000). Esta última, mais especificamente a RESEX Canavieiras, localizada no estado da Bahia é o foco do presente estudo.

Cabe ressaltar que, em âmbito nacional, a instituição responsável por sua administração é o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio), desde 2007, por meio da publicação da Lei nº 11.516 de 28 de agosto (BRASIL, 2007). A implementação do ICMBIO é uma pauta abordada por vezes em alguns episódios da série do “Mar Sem Fim”, já que a gestão das UC estava sob responsabilidade do IBAMA³ até então, e o programa trata desta transição e suas particularidades, ainda que de forma breve em quase todos os 55 episódios da série.

O episódio 33 ressalva que esta foi criada por meio do Decreto s/nº de 5 de junho de 2006 que “*Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista de Canavieiras, localizada nos Municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, Estado da Bahia, e dá outras providências*” (BRASIL, 2006). A área territorial estipulada em seu decreto de criação vai de encontro com as informações veiculadas por Javan Lopes, que durante a gravação do vídeo-documentário era analista ambiental da RESEX Canavieiras. O documentário relata que a área da RESEX é de aproximadamente 101.640 hectares, sendo 85.000 em áreas marítimas e o restante em áreas continentais no qual, em sua grande maioria, manguezais que totalizam cerca de 12.000 hectares. Javan destaca que mesmo após sua criação, há problemas em relação a delimitação da área da RESEX, como a não contabilização de determinados territórios pertencentes à reserva (MAR SEM FIM, 2015). Apesar da RESEX estar distribuída em três municípios, Canavieiras se destaca, pois possui pouco mais de

³ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

8.000 hectares de áreas de manguezais, sendo considerada uma das maiores áreas contínuas preservadas deste ecossistema na Bahia (SANTOS, 2018).

Aguiar (2011) menciona que, anteriormente à criação da RESEX durante a década de 80, houve na região um forte desenvolvimento da monocultura cacaueteira, que teve o seu declínio no início da década de 90, desencadeando mudanças socioeconômicas na região, dentre elas as primeiras intenções para a elaboração da proposta da RESEX. O autor ressalta que o declínio da monocultura cacaueteira promoveu uma forte modificação na dinâmica social, pois a população que anteriormente era majoritariamente rural passou a ser urbana. Tais mudanças resultaram em problemas sociais e ambientais nas cidades, como aumento da violência, uso de drogas, prostituição, inclusive ocupação urbana desordenada com infraestruturas precárias (AGUIAR, 2011). Com tantas modificações na dinâmica social das comunidades, as atividades extrativistas novamente se colocaram como principal meio de renda da população local.

Neste contexto, sob a ótica de Carlos Alberto Pinto dos Santos, representante da Associação Mãe dos Extrativistas – AMEX, um dos entrevistados do vídeo-documentário, compreende-se que a iniciativa para a criação da RESEX surgiu das marisqueiras da região que estavam com problemas na captura do caranguejo e, a partir disso, iniciaram a solicitação para o pedido do enquadramento da área como RESEX. Tal iniciativa denota o protagonismo feminino na região, como liderança local, como a presença da Rede de Mulheres das Comunidades Extrativistas do Sul Bahia, em Canavieiras (MAR SEM FIM, 2015).

Santos (2018) também destaca a AMEX, diante da plena consciência que os representantes e lideranças da associação apresentam sobre a relevância histórica dos pescadores e marisqueiras artesanais, dada sua importância frente às questões ambientais e de saúde pública. O autor ressalta que a preservação da natureza pode favorecer a garantia de diversas atividades econômicas, com destaque para o turismo, importante provedor de renda para Canavieiras e as comunidades em seu entorno.

No entanto, para Aguiar (2011), a proposta de criação da reserva é apresentada de outra maneira, posto que teria partido de representantes do Instituto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sociocultural do Sul da Bahia (Instituto ECOTUBA), organização não governamental estabelecida em Canavieiras. Foi esta associação que propôs a criação da RESEX para a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Canavieiras, como forma de garantir a sustentabilidade no desenvolvimento de suas atividades.

Neste cenário, foi encaminhada uma carta, em 18 de setembro de 2001, para o CNPT4/IBAMA requisitando a adequação da área como UC. Neste primeiro ato formal foi redigida a solicitação de categorização da área como RESEX, juntamente com um abaixo assinado com 118 assinaturas (SCHMIDT & OLIVEIRA, 2006 *apud* AGUIAR, 2011). Neste documento justifica-se que alguns pescadores e marisqueiras, principalmente de Oiticica, Puxim e oriundos da sede do município deveriam ser enquadrados como comunidade artesanal, em decorrência da extração de recursos naturais pesqueiros, coletados em área da União Federal (manguezal), no qual se caracterizava como a principal fonte de renda regional (AGUIAR, 2011).

Assim, para Aguiar (2001), ao longo destas primeiras ações até a efetiva criação da RESEX em 2006, diversos foram os desafios encontrados para a efetiva formalização da UC. A *carcinicultura*⁵ e a inserção de resorts foram os principais fatores de influência negativa em relação à conservação dos recursos naturais presentes na área da RESEX, caracterizando-se como um conflito de interesse junto à comunidade local. O autor relata que o processo de introdução das fazendas de *carcinicultura* se iniciou por volta de 2003, já

⁴ Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais.

⁵ *Carcinicultura* é a técnica de criação de camarões em viveiros.

que por iniciativa do governo do Estado juntamente com a gestão municipal de Canavieiras, a partir de 2000, houve incentivos destinados aos empresários do setor. Paralelamente, iniciaram-se as possibilidades de instalação de hotéis de grande porte ao longo da faixa litorânea desta região. Acerca da questão, Carlos Alberto (MAR SEM FIM, 2015) aponta:

Olha, eu acho que o principal impacto positivo que a reserva extrativista trouxe foi a garantia do território das comunidades tradicionais pesqueiras, né. Nós em junho, a partir de junho de 2003 iniciou-se o processo de especulação de terra muito forte no entorno das áreas dos manguezais para implantação de fazendas de carcinicultura aqui no município de Canavieiras, entre o município de Canavieiras e Belmonte. (...) E esse processo levou a perda de grandes áreas de apicuns, aquelas áreas atrás dos manguezais que foram sendo vendidas para a implantação de projetos de carcinicultura. Eu acho se você vai ver pela estrada aí, que não são poucos. Nós vemos que a criação da reserva ela foi (sic) nossa melhor estratégia para a garantia do território dessas comunidades pesqueiras, por que se não a situação hoje estaria muito mais difícil. (Carlos Alberto, 1'52'', MAR SEM FIM, 2015).

O apresentador do vídeo-documentário, João Lara, também trata da introdução de espécies exóticas, por meio da produção do camarão *Pneus vannamei*, que é originário do Pacífico. Tal produção desencadeia a perda da biodiversidade marinha assim como a eutrofização⁶ e, Javan Lopes ressalta a questão:

Eu acho que isso, a raiz disso é a falta de reconhecimento de uma economia junto às populações tradicionais que já circula na região, né! Você pega aí Canavieiras é um pólo onde mais se pesca caranguejo, onde se pesca muito camarão silvestre e pesca também de peixes. Vocês podem ver logo aqui atrás o mar aberto, que hoje é reserva extrativista há algumas milhas náuticas mar adentro. E entre esse mar e esses pontos que estamos vendo logo aqui abaixo, você vê uma faixa de mangue, algumas com coco também, mas, uma grande área de mangue. (...) E as carciniculturas instaladas do lado, deste manguezal, nas áreas de apicuns e isso para as populações gerou um certo conflito. Foram instaladas antes da criação da RESEX, quando foi criada a reserva extrativista é que as populações tiveram uma segurança maior para continuar suas atividades. Mas, é claro investimentos e linhas de crédito para poder ampliar a forma, melhorar a forma de extração natural, a forma tradicional de adquirir esses recursos da natureza não se encontram hoje, é muito raro isso. No máximo agricultura familiar que recebe algum incentivo. (Javan Lopes, 10'20'', MAR SEM FIM, 2015).

Isso evidencia que a carcinicultura, além de impactos ambientais, gera conflitos econômicos e sociais entre os empresários do setor e a comunidade local. Javan ainda ressaltou que no período de implantação das fazendas existia a promessa de criação de cerca de cinco mil postos de trabalho para os moradores da região, porém, infelizmente, a promessa não foi nem de longe alcançada, já que menos de mil ofertas de trabalho foram efetivamente ocupadas por moradores locais (MAR SEM FIM, 2015).

Diante da necessidade de criar especificações em relação ao processo de gestão da unidade, foi criado em 2018, por meio da Portaria nº 313, de abril de 2018, o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista de Canavieiras/BA (BRASIL, 2018a). Assim mesmo como a Portaria nº 1.124, de 7 de dezembro de 2018 que *Aprova as regras constantes do Acordo de Gestão da Reserva Extrativista de Canavieiras, cujo texto integra o ANEXO da presente Portaria* (BRASIL, 2018b). Destaca-se a importância deste acordo e a aprovação das suas regras visto que essas são iniciativas importantes para solucionar ou minimizar os problemas observados na RESEX, quanto a sua gestão, uso público e outras especificidades. Frisa-se a necessidade de estudos e análises para averiguar como está ocorrendo a implementação dos mesmos na RESEX.

⁶ A eutrofização trata-se de um fenômeno de aumento excessivo da quantidade de nutrientes, como nitrogênio e fósforo, presentes em um corpo d'água, podendo ser ocasionado por fatores ambientais ou interferência humana. Tem como possíveis consequências o aparecimento de organismos como algas e cianobactérias.

O vídeo-documentário relata que as primeiras fazendas de carcinicultura instaladas na região sofreram forte resistência pela comunidade local, no qual a comunidade de Barra Velha é caracterizada como uma das principais regiões onde ocorreram as primeiras mobilizações contra. Dentre as problemáticas apontadas, está a dificuldade no deslocamento dos moradores, que se caracteriza de maneira rudimentar por meio de balsa. Esta região, anteriormente, contava com o auxílio de um barqueiro. Porém a gestão municipal da época do documentário retirou o mesmo, dificultando ainda mais a locomoção das famílias. Ao longo das entrevistas diversos moradores relataram a falta de assistência e apoio municipal:

Ele (prefeito municipal) tirou o balseiro e disse que não tem condições de pagar um balseiro. E aqui não tem nenhum agente de saúde, não tem nada, antigamente tinha. Mas, agora eu não sei porque o prefeito machuca tanto a gente assim. (...) Agora tem seguramente mais ou menos quarenta pessoas assim (...) antes era mais de duzentas pessoas. Diz que dava até pra fazer urna para votar, né. Tinha muita gente mesmo (sic). Muito morador (...) Foram tudo pra cidade, por falta de condições do dia-a-dia da nossa comunidade. (Maria da Glória, 15'25'', MAR SEM FIM, 2015)

Ademais, conforme relatado por Maria da Glória, a compra de algumas propriedades por pessoas de fora da comunidade também gerou conflitos:

Compraram propriedade (sic) e privaram muitos pescadores porque logo quando eles chegaram eles colocavam cães na beira da praia. Ninguém podia pescar, todo mundo tinha medo. (Maria da Glória, 16'18'', MAR SEM FIM, 2015).

Neste tocante, a proibição de cães nas praias da RESEX é um dos itens que compõe o Acordo de Gestão (BRASIL, 2018a). Foram diversas situações citadas no vídeo-documentário que ocorreram na tentativa de intimidar as lideranças locais e os membros das associações, dentre elas denúncias de envenenamento da água, seguido de óbito, conforme relata Maria da Glória:

Maria da Glória: - Foi depois da criação da reserva. Porque a associação que era nossa é no terreno do Oriom.
Apresentador: - E o que aconteceu com sua irmã?
Maria da Glória: - Morreu.
Apresentador: - E ninguém tomou nenhuma providência?
Maria da Glória: (Balançou a cabeça positivamente). (Diálogo, 16'43'', MAR SEM FIM, 2015).

Isso evidencia o quanto a comunidade de Barra Velha esteve vulnerável às retaliações dos novos moradores da comunidade ao longo dos anos, principalmente no período próximo a criação da RESEX. Na fala de Oriom, ele descreve as motivações que originaram os ataques a sua casa e desencadearam na morte de sua esposa, irmã de Maria da Glória:

Tudo isso aconteceu porque depois que veio o decreto presidencial da RESEX para nos proteger dentro da nossa área, então surgiu estes adversários que ainda continuam nos perseguindo, né. E aí o peso veio todo em cima dessa pessoa, porque tudo nasceu aqui neste terreiro. (...) A audiência pública foi criada aqui neste terreiro. (...) Neste terreiro tinha umas quinhentas pessoas, ou mais disso. Várias comunidades vieram. Então tudo isso nasceu daqui. E depois que passou a audiência pública eles já começaram a me perseguir. Jogaram farofa de dendê na minha casa, em todas as janelas, em todas as portas. Quando cheguei de Canavieiras tinha um carro ali do lado jogaram dentro da cabine do carro meu carro mas, Jesus não deixou incendiar não, né (sic). (Oriom, 17'06'', MAR SEM FIM, 2015).

Apesar disso, Oriom conclui: *Estamos na luta. Jamais a gente deixa de lutar para preservar o que é nosso.* (Oriom, 18'39'', MAR SEM FIM, 2015).

Todavia, é necessário um estudo mais minucioso sobre tais denúncias direcionadas aos líderes comunitários e membros das associações, porém, é evidente que a especulação imobiliária é um dos principais fatores motivadores destas retaliações. Deste modo, a garantia do território deve ser um dos principais pilares no processo de implantação e gestão de uma RESEX:

Art. 2º A Reserva Extrativista de Canavieiras tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2006).

Destaca-se a fala de Lopes (MAR SEM FIM, 2015), que afirma que no ano de 2015 existiam aproximadamente 2.400 famílias na área da RESEX, sendo 2.100 já cadastradas, como beneficiários diretos, totalizaram cerca de 70-80% da comunidade. Já no portal do ICMBIO, em reportagem publicada em 23 de maio de 2018, as famílias residentes na RESEX que estavam devidamente homologadas totalizavam mais de 1.900 famílias, e aproximadamente 500 famílias necessitavam de cadastro (ICMBIO, 2018).

Se faz pertinente comentar que as atividades tradicionais que são realizadas por alguns pescadores da região, e foram evidenciadas no vídeo-documentário. Dentre elas, está a prática denominada de sununga⁷, relatada pelo pescador Tabaco. Outra prática tradicional que se vê em perigo de extinção é a produção de jangadas, já que, segundo Tabaco, o IBAMA proíbe a extração de madeira, matéria prima primordial para a produção das jangadas (MAR SEM FIM, 2015). Evidencia-se que as práticas tradicionais de extrativismo das comunidades pertencentes a RESEX, deveriam ser preservadas como um patrimônio imaterial, o que denota que o objetivo central da RESEX não está sendo alcançado de maneira efetiva.

Nitidamente, grande parte das famílias residentes na RESEX vive do agroextrativismo, com destaque para a pesca, mantendo o extrativismo vegetal, a agricultura familiar e a criação de animais. Dentre os produtos que movimentam a economia do município, respeitando a paisagem e garantindo a conservação ambiental, são coletados e comercializados: camarão, robalo, tainha, caranguejo, siris, sururus, dentre outros (ICMBIO, 2018). Compreende-se que tais práticas promovem o equilíbrio ambiental, inibindo altas quedas de produção, como já ocorreu em momentos anteriores em virtude da atuação de doenças e pragas provenientes do monocultivo (ICMBIO, 2018).

Santos (2018) ratifica que dentre as principais práticas extrativistas está a pesca e a mariscagem; em segundo plano as atividades agrícolas que complementam a alimentação e renda (plantio de pequenas hortas, plantações de milho, mandioca, coco e dendê). Já a pecuária ocorre em menores proporções, com destaque para Barra Velha, Puxim da Praia e Puxim do Sul.

Outra comunidade apresentada no documentário é Campinhos, onde vivem cerca de 2.500-3.000 famílias que dependem direta ou indiretamente da RESEX, segundo liderança local, João da Barba. Dentre os produtos pescados e coletados estão: sururu, ostra, caranguejo, lambreta, siri e peixes diversos. Para João da Barba, são necessárias políticas públicas direcionadas para educação e saúde para as gerações futuras:

Eu acho que o nós pretendemos e queremos, assim dizendo melhor assim só no início é que a RESEX ela vem pra garantir nosso território, primeiro lugar. E o nosso objetivo que nós queremos alcançar é ter mais políticas públicas, é ter mais educação, é ter mais saúde. Enfim pensar principalmente nas gerações futuras, a geração futura. Porque tudo isso que nós estamos fazendo agora, esse alicerce que nós estamos fazendo não é pra gente isso é para as gerações futuras, sem dúvida. (..) Isso é uma displicência, dos governantes estadual, federal. Existe comunidade organizada, pessoas que lutam também, não ficam só esperando. Se

⁷ A prática utiliza-se de um pequeno peixe como isca, o “bobó”, para a captura de robalo. O pescador ressalta que nos últimos anos está tendo dificuldade para pescar, em virtude de uma pesca excessiva realizada em anos anteriores.

organizando para reivindicar os direitos dentro da lei. Então é isso que nós fazemos. (João da Barba, 21'01'', MAR SEM FIM, 2015).

Nesse momento até mesmo o apresentador ressalta que existe uma articulação e mobilização entre os residentes na RESEX Canavieiras exemplar. E assim, João da Barba finaliza sua participação de modo motivador, evidenciando o protagonismo que as comunidades devem assumir, a fim de reivindicar seus direitos:

Um recado que eu deixo tanto para a comunidade onde nós vivemos e as outras que por aí existe (sic). É que a gente nunca pode se acomodar, por que não vai adiantar não só dizer assim que o governo tem que fazer. Não. O governo tem sim mas, só que a gente tem que estar organizar. Para poder chegar até o governo e reivindicar e as coisas acontecer. Então o recado que eu deixo para outras comunidades que estão ainda no anonimato é que o pessoal acorde pra vida. Porque se não acordar a maré vai carregar. (João da Barba, 22'47'', MAR SEM FIM, 2015).

Neste contexto, damos destaque às diversas associações presentes em Canavieiras diretamente envolvidas com a RESEX, como a AMEX, já que no período de gravação do documentário existiam cerca de 14 instituições e organizações comunitárias envolvidas com a RESEX, segundo Carlos Alberto. Nesta seara, um importante diferencial em relação às demais categorias de UC, é que somente as RESEX e as RDS têm sua gestão conduzida por um Conselho Deliberativo, composto por diversos representantes, seja da sociedade civil, como organizações não governamentais e demais envolvidos direta ou indiretamente com as comunidades.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Instrução Normativa, entende-se por:
(...) III - Conselho Deliberativo: instância colegiada que tem a função de tratar e deliberar sobre temas afetos às Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, subsidiar a tomada de decisão do órgão gestor e apoiar as ações de implementação da Unidade, no que couber; (...)" (BRASIL, 2014).

Em 2009, o Ministério Público Federal relatou acerca de uma reunião que ocorreu no dia 18 de dezembro, juntamente com o ICMBIO, ao qual foi aprovada a proposta de composição do Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras. Cabe salientar que, a interferência do Ministério Público Federal se deu em virtude de duas tentativas anteriores realizadas em Canavieiras para a criação do conselho, onde pessoas contrárias a RESEX impossibilitaram que os procedimentos fossem realizados (MP/BA, 2009). A priori, quem participaria do conselho deliberativo seriam:

- Segmentos da comunidade extrativista: pescadores do mar; segmentos das marisqueiras, dos artesãos de pesca, de pegadores de caranguejos, pescadores (de Campinhos, da Atalaia, de Puxin de Dentro, de Puxin de Fora, de Oiticica, de Barra Velha), agricultores de Campinhos e de Barra Velha, Colônia Z-20 de Pescadores de Canavieiras e Colônia Z-21 de Pescadores de Belmonte. (...) - Outros segmentos: ICMBio, Ibama, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Marinha do Brasil, prefeitura de Canavieiras, Câmara de Vereadores de Canavieiras, setor de universidades (Uesc), setor hoteleiro, setor de organizações não-governamentais socioambientais (2 vagas), setor de turismo (lancheiros, cabaneiros etc.), criadores de camarão e armadores e lagosteiros (MP/BA, 2009).

Esta interferência do Ministério Público Federal denota que a própria composição do Conselho Deliberativo foi conflituosa e, até meados de 2018, eram observadas algumas manifestações em Canavieiras, que apoiavam a ideia de que a RESEX Canavieiras fosse recategorizada como APA. No entanto, diante das dificuldades em obter informações mais atualizadas e contextualizadas acerca desta problemática, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas complementares para melhor compreensão.

Por fim, é relevante sinalizar as relações estabelecidas entre a RESEX Canavieiras e o uso público, ainda que não tenham sido identificadas muitas publicações que retratam a RESEX sob esta perspectiva. Pereira *et al.* (2017) ressalta que anterior ao momento de

criação da RESEX, haviam questionamento se esta região de belezas naturais e localização privilegiada deveria ser enquadrada como RESEX. Inclusive, algumas justificativas foram dadas pelos grupos opositores a criação da RESEX, já que sua implementação impactaria as atividades comerciais locais, dentre as quais o turismo, evidenciando como a localidade se configura como palco de interesses e disputas em relação aos usos do território. Pereira *et al.* (2017) realizou entrevistas com moradores locais que ratificaram as problemáticas já apresentadas ao longo deste trabalho, com exceção da questão da grilagem nas terras da União, que potencializava os riscos das populações aos territórios, momento anterior à criação da RESEX.

Dumith (2014) ratifica que a potencial estagnação econômica e impacto no desenvolvimento das atividades turísticas foram as justificativas para a não criação da RESEX, já que uma das principais vocações do município de Canavieiras era o turismo. Assim mesmo, o autor considera que, dentre os principais conflitos institucionais transescalares da RESEX Canavieiras, é inerente a gestão do uso do solo; a assegurar dos direitos das comunidades extrativistas; os interesses econômicos; e a diminuta informação, comunicação e confiança entre as instituições envolvidas.

Dumith (2014) traz ainda que a própria administração municipal e algumas associações locais eram contra a existência da RESEX Canavieiras, no qual argumentam que a presença da RESEX dificulta o desenvolvimento econômico local, defendendo sua recategorização como APA, ainda que haja uma população extrativista expressiva em Canavieiras. Segundo o autor, os entrevistados destacam que como a RESEX possui conselho deliberativo, o posicionamento dos extrativistas participantes do conselho não refletiria o posicionamento do município de Canavieiras como um todo (DUMITH, 2014).

Já Rocha (2017) ressalta a necessidade do Hotel Transamérica, na região de Oiticica, quanto aos impactos ambientais relacionados ao uso público, mais especificamente as embarcações deste empreendimento, já que houve relatos durante as reuniões do conselho deliberativo, que as lanchas prejudicam o mangue e dificultam a atuação dos pescadores locais. Há também uso indevido de quadriciclos, comprometendo a vegetação local. Destaca-se a necessidade de maior fiscalização do ICMBIO, já que não se trata de uma atribuição das populações tradicionais. Desta forma, notifica-se que dentre as ações implementadas, estão: divulgação de informações sobre as atividades turísticas regulamentadas em *websites*; mobilização dos visitantes por meio de panfletos e rádios locais; e necessidade de um acordo junto ao Hotel Transamérica (ROCHA, 2017).

Cabe salientar que o plano de manejo é importante ferramenta para o planejamento do uso público de uma UC e, segundo vídeo-documentário (2015) e ICMBIO (2020), a RESEX de Canavieiras não possui plano de manejo publicado. Dumith (2014) reforça esta questão e ressalta que é deficiente o diálogo entre o ICMBIO e a AMEX e, frisamos que ainda que o Acordo de Gestão apresente diretrizes relacionadas ao uso público, é necessário analisar como tais normas têm sido efetivamente implementadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas foram as temáticas abordadas no vídeo-documentário “Mar Sem Fim” sobre a RESEX Canavieiras, o que nos permite ratificar o seu potencial uso como um importante instrumento educativo, para discussões sobre: dificuldades para a criação da RESEX; a especulação imobiliária na região; a introdução das fazendas de carcinicultura; a chegada de complexos hoteleiros; a perda de costumes e saberes tradicionais; a falta de apoio governamental às comunidades; os interesses comerciais com as terras inseridas na RESEX e seus conflitos; as modificações antrópicas no ambiente, dentre outros. Por outro lado, este vídeo-documentário também possibilita a leitura de aspectos positivos, como: o protagonismo feminino na criação da RESEX; a importância da governança e liderança local; as iniciativas de um turismo responsável; e a garantia dos territórios às comunidades extrativistas.

De fato, esta produção audiovisual promove uma abertura para diálogo de uma maneira mais prática, dinâmica e exequível, diante da presença de atores sociais da sociedade, organizações não governamentais e servidores do ICMBio. A importância da RESEX se deve à garantia do território às comunidades locais, com vistas a sua qualidade de vida; segurança alimentar; preservação de seus saberes e costumes; proteção da biodiversidade da região.

Pensando nas três temáticas: conservacionismo, governança e uso público, apresenta-se breve conclusão sobre cada um destes. O conservacionismo ambiental foi notório tanto nos discursos identificados do vídeo-documentário, quanto nas publicações associadas, no qual foi o elemento central que norteou a criação da RESEX, diante do declínio da monocultura cacaueteira. Houve a compreensão que o extrativismo atuaria na restauração dos territórios já degradados, por meio da perpetuação de atividades de base das comunidades locais com vistas ao equilíbrio socioambiental, posto que o enquadramento na categoria de RESEX poderia inibir outras atividades econômicas nocivas à região. Qual seja, sua criação foi pautada na manutenção dos meios de vida das comunidades tradicionais e conservação dos atributos naturais, por meio da legítima garantia de território aos extrativistas locais. Ainda assim, existem problemáticas ambientais desencadeadas pela introdução das fazendas de carcinicultura e a implantação de resorts. Portanto, são necessárias políticas públicas contínuas, direcionadas a efetiva implementação de ações e estratégias, que tenham como prioridade conciliar a conservação da biodiversidade e a qualidade de vida destas comunidades, em que pese o debate acerca do posicionamento de grupos em prol do movimento “Natureza Sim, RESEX não”, que apoiam a sua recategorização como APA.

Na RESEX Canavieiras, a governança marca presença fundamental nas comunidades, já que historicamente é notória a luta destes povos por seus territórios e por seus direitos. Iniciativas como a AMEX e a Rede de Mulheres são exemplos do forte protagonismo feminino na RESEX Canavieiras, que contribuíram no fortalecimento das comunidades locais. Todavia, a articulação destas comunidades não se faz necessária somente na criação da RESEX, posto que sua criação não garante sua consolidação diante tantas ameaças, ações intimidadoras e retaliações expostas no vídeo-documentário, o que evidencia a necessidade constante de fortalecimento e protagonismo. Trocas e diálogos que tratam sobre a autogestão e cogestão são necessários, envolvendo representantes de diferentes grupos relacionados a RESEX, no intuito de identificar e planejar o sistema de governança mais apropriado, a partir do contexto sociocultural, ambiental e local assim como sua manutenção a longo prazo, para viabilizar uma economia local autônoma. Para tanto, vale ressaltar o Banco Comunitário de Canavieiras (BAMEX), em funcionamento desde 2013, que abrange os membros da RESEX, com uma moeda própria, a MOEX (ICMBIO, 2015).

Por fim, quanto à temática do uso público na RESEX, relacionada ao desenvolvimento da atividade turística, se apresentaram muitas problemáticas, dentre elas entender que o turismo seria prejudicado pelo reconhecimento desta UC. Cabe aos pesquisadores e profissionais da área do turismo pensar em projetos e estratégias que garantam o desenvolvimento da atividade turística, tomando como pauta central o protagonismo destas comunidades. Iniciativas voltadas ao Turismo de Base Comunitária, Ecoturismo e Turismo Sustentável podem garantir uma renda para as comunidades e contribuir para a preservação dos patrimônios, a partir de muita reflexão que deve considerar diversas práticas e teorias distintas. A cultura tradicional dessas comunidades é um elemento primordial de preservação, caracterizando os saberes tradicionais da pesca, do extrativismo e preparo de pratos típicos como patrimônios imateriais únicos.

Desta forma, conclui-se que este vídeo-documentário se consolida como potencial ferramenta político-pedagógica, com vistas a possibilitar a articulação junto a outros projetos e ações voltadas à Educação Ambiental, por meio de palestras, cursos iniciais/continuados, seminários, dentre outras possibilidades. Tais atividades podem ser desenvolvidas junto aos mais diversos atores sociais das UC, como comunidades locais, visitantes, profissionais atuantes no trade turístico e, inclusive, estudantes de turismo.

Alguns trabalhos tratam da perspectiva da utilização da produção cinematográfica em diálogo com a educação ambiental, mas Marcello & Ripoll (2016) destacam que, ainda que a produção cinematográfica seja crescente, se apresenta pouco explorada. Este vídeo-documentário evidencia a importância do território natural protegido, de expressivo potencial turístico e a importância da comunidade, cooperação, liderança e protagonismo feminino. Por outro lado, também destaca as problemáticas presentes no cotidiano destas comunidades e a necessidade de diálogos constantes entre as comunidades, o ICMBio, demais órgãos governamentais e representantes do trade turístico local, em que pese todas as partes envolvidas, direta e indiretamente. Neste sentido, se faz primordial articular parcerias com associações e instituições atuantes na RESEX de Canavieiras para refletir quais estratégias e projetos podem minimizar tais problemáticas, assim como fortalecer a autonomia e o protagonismo das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, P. C. B. **Transformações Sócio ambientais do município de Canavieiras (Bahia): uma análise à influência da Resex.** Dissertação para obtenção do título de mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, Bahia. 2011

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70. 1977

BRASIL. **Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acessado em: 27 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto Federal de 5 de junho de 2006. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista de Canavieiras, localizada nos Municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, Estado da Bahia, e dá outras providências.** Brasília, dia 5 de junho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10844.htm Acessado em: 27 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade.** 2007 Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cma/images/stories/Legislacao/Leis/Lei_Criacao_Chico_Mendes_-_Acessado_em:_27_mar._2019._

[_Cria%C3%A7%C3%A3o_do_Chico_Mendes.pdf](#) Acessado em: 27 mar. 2019.

BRASIL. **Instrução Normativa ICMBIO nº 09 de 5 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.** 2014. Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in_09_2014.pdf Acessado em: 27 mar. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 313, de abril de 2018. Aprova o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista de Canavieiras/BA.** SEI/ICMBio - 3075645 - Portaria. 02125.000926/2017-71 Número Sei: 3075645. 2018a. Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/images/./portaria_313_de_11_de_abril_de_2018.pdf Acessado em: 27 mar. 2019.

BRASIL. **Portaria n. 1.124, de 7 de dezembro de 2018. Aprova as regras constantes do Acordo de Gestão da Reserva Extrativista de Canavieiras.** Diário Oficial da União. Edição 250. Seção I. Página 160. 2018b. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57494426 Acessado em: 27 mar. 2019.

CTAV. **Centro Técnico de Audiovisual, Secretário do Audiovisual, Secretaria Especial da Cultura, Ministério da Cultura. A EMBRAFILME.** 2008. Disponível em: <http://ctav.gov.br/2008/10/10/a-embrafilme/>. Acessado em: 15 ago. 2019.

DUMITH, R. C. A gestão na Reserva Extrativista de Canavieiras (BA): conexões transescalares e seus conflitos. **In: VII Congresso brasileiro de geógrafos.** Vitória, Espírito Santos. 2014

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Canavieiras cria moeda social e muda realidade local.** 2015. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4-destaques/6810-extrativistas-de-canavieiras-criam-moeda-social-e-mudam-realidade-da-comunidade> Acessado em: 27 mar. 2019.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Nota: Resex Canavieiras e seu acordo de gestão.** 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9642-nota-resex-canavieiras-e-seu-acordo-de-gestao> Acessado em: 27 mar. 2019.

MAR SEM FIM. **Reserva Extrativista de Canavieiras, episódio 33.** Produção de João Lara Mesquita. Brasil: TV Cultura, 2015. Publicado em 11 de nov de 2015. 1 vídeo (25 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3bO0UikQ9hI&list=PLbkIDHHT4jOk-zHXo6Lac3dghB7xTLdWA&index=23> Acessado em: 8 mar. 2019.

MP/BA. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. **MPF/ BA: aprovada proposta para conselho deliberativo da RESEX Canavieiras.** 2009. Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/443555/mpf-ba-aprovada-proposta-para-conselho-deliberativo-da-resex-canavieiras> Acessado em: 25 abr. 2019.

PATTON, M. G. **Qualitative Research and Evaluation Methods**, 3 ed. Thousand Oaks, A: Sage. 2002

PEREIRA, G. P.; OLIVEIRA, M. L. R.; COSTA, B. A. L. Mobilização e atuação das populações tradicionais na criação da reserva extrativista marinha de canavieiras – BA (Brasil). **Revista Espaço**: vol. 38 (nº 41), p. 13. 2017

ROCHA, A. P. A. **Gestão dos recursos naturais e governança dos comuns: um estudo da Reserva Extrativista de Canavieiras-BA a partir das contribuições de Elinor Ostrom.** Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas, à Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, BA: UESC. 2017

RODRIGUES, F. L. Uma breve história sobre o cinema documentário brasileiro. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 24. 2010

SANTOS, M. A. Espaço, geograficidades e ação política comunitária na Resex Marinha de Canavieiras-BA. **GeoTextos**, vol. 14, n. 1, julho, p.13-37. 2018

SORANZ, G.; SERRA, J. J.; NICOLI, L.O.; ROJO, S. M. **Imagens que falam: olhares contemporâneos sobre cinema, fotografia e audiovisual.** Campinas, SP: Unicamp/Instituto de Artes. 406 p. 2015

WELLE, J. Uma breve análise do documentário As Hiper Mulheres (2011). In: SORANZ, G.; SERRA, J. J.; NICOLI, L.O.; ROJO, S.M. **Imagens que falam: olhares contemporâneos sobre cinema, fotografia e audiovisual.** Campinas, SP: Unicamp/Instituto de Artes. 406 p. 2015

ZANDONADE, V.; FAGUNDES, M. C. **O vídeo documentário como instrumento de mobilização social.** Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis/Fundação Educacional do Município de Assis para obtenção do grau de bacharel em Jornalismo. Assis. 2003. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/zandonade-vanessa-video-documentario.pdf> Acessado em: 8 mar. 2019.